PROTOCOLO Nº: 434754/18
ORIGEM: MUNICÍPIO DE IBAITI
INTERESSADO: ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
ASSUNTO: CONSULTA
PARECER: 77/19

Consulta. Despesas com pessoal. Revisão geral anual. Piso profissional do magistério. Consequências. Resposta à consulta nos termos da instrução.

Trata-se de consulta formulada pelo Prefeito Municipal de Ibaiti, por meio da qual pretende obter o posicionamento deste Tribunal de Contas acerca dos seguintes quesitos (peça nº 3):

- 1) É permitido ao chefe do Poder Executivo Municipal fazer a revisão geral anual (reposição salarial) aos servidores públicos municipal [sic], mesmo tendo excedido 95% do limite da despesa total com pessoal, ou seja, ter ultrapassado os 54% da Receita Corrente Líquida?
- 2) O município que ultrapassou os 54% da Receita Corrente Líquida – limite das despesas total com pessoal – está obrigado a estender a toda carreira do magistério o valor estabelecido ao vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, correspondente ao piso salarial profissional nacional (com incidência em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações), em razão do que está previsto em legislação local (Estatuto do Magistério – Plano de cargos e salários)?
- 3) Poderá haver restrições e/ou punições ao município e ao seu gestor que, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da CF, não conseguir reduzir, dentro do prazo legal, o excesso das despesas com pessoal? Quais seriam as restrições e punições?
- 4) É justificável o fato de o Município ter ultrapassado os 54% da Receita Corrente Líquida, limite da despesa total com pessoal, por cumprir exigências do Ministério Público Estadual, como por exemplo: fazer PSS para regularizar contratações irregulares?

Distribuído o expediente, o Relator facultou ao consulente emendar a inicial, de modo a instruir a consulta com opinativo técnico local (Despacho nº 1023/18, peça nº 5).

Em atenção ao encaminhamento, a Municipalidade acostou parecer lavrado pela Procuradoria Jurídica (peça nº 9), o qual enfrentou cada um dos quesitos apresentados à luz do ordenamento, concluindo, em suma, pela possibilidade de concessão de revisão geral anual, pela necessidade de assegurar o

piso salarial profissional da educação básica apenas como vencimento básico inicial da carreira do magistério, pela ocorrência das restrições constantes do art. 23, § 3º da LRF ao Município que houver incorrido no excesso de gastos com pessoal, e pela imperiosidade de reconduzir o índice ao limite, ainda que o excesso tenha se dado para atender a demandas do Ministério Público.

Recebida a consulta (Despacho nº 1225/18, peça nº 10), a Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca informou da inexistência de precedentes específicos a propósito do tema (Informação nº 112/18, peça nº 12).

Instruindo o expediente, a Coordenadoria de Gestão Municipal, em minucioso opinativo, examinou os textos legislativos incidentes sobre a temática e, à luz dos entendimentos jurisprudencial e doutrinários, apresentou conclusões aos quesitos formulados – cujas premissas endossam os argumentos do opinativo técnico local (Instrução nº 165/19, peça nº 15).

Após, vieram os autos à apreciação do Ministério Público.

Porquanto presentes os requisitos de admissibilidade estatuidos no art. 38 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas – legitimidade, objetividade dos quesitos, pertinência temática da dúvida, apresentação em tese e presença de opinativo jurídico – a consulta há de ser admitida.

No mérito, este Representante Ministerial verifica que o bem elaborado parecer da unidade técnica elucida todas as questões propostas pelo consulente, especificando de maneira didática as conclusões já antes esboçadas no opinativo local, não havendo reparos ou acréscimos a efetuar.

Diante disso, o Ministério Público manifesta-se pelo **conhecimento e resposta** à consulta, nos estritos termos da instrução.

Curitiba, 28 de março de 2019.

Assinatura Digital

FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas